

Por: Dr. Lauro Arruda Câmara Filho - cardiologista

Dr. Cipriano Barata: o homem de todas as revoluções

Cipriano José Barata de Almeida nasceu em Salvador-BA, no dia 26/09/1762. Diplomou-se em cirurgia, filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra-Portugal, onde tomou conhecimento das ideias iluministas que floresciam nos meios acadêmicos europeus. Foi um jornalista e político dos mais atuantes contra a escravidão e a favor da independência do Brasil. Participou da primeira Loja Maçônica brasileira: “loja Cavaleiros da Luz”, fundada em Salvador, em 1797, cujo objetivo principal era divulgar os ideais iluministas, traduzir e estudar textos de Rousseau e Voltaire e conspirar contra o poder imperial. Em 1798 participou da Conjuração Baiana, tendo sido o redator do “Manifesto ao Povo Bahiense” que conclamava a população à revolução, e por isso foi preso. Teve atuação de destaque na Revolução Pernambucana de 1817. Foi deputado pela Província da Bahia às Cortes Constitucionais, em Lisboa, em 1821, identificando-se com a ala mais radical dos deputados: pregava um nativismo exaltado (aversão aos estrangeiros), usava roupas de algodão tecido no Brasil, sapatos de couro de bezerro sem tinta, chapéu de palha e um tosco bengalão, numa Lisboa com costumes e moda com influências francesas e inglesas. Este comportamento enfureceu muitos portugueses e diante da pressão sofrida retornou ao Brasil, quando começou a defender abertamente a separação de Portugal.

Vindo da Corte, foi impedido de voltar para a Bahia, que estava dominada por tropas portuguesas. Estabeleceu-se em Recife, onde estreou sua atuação na imprensa, no jornal A Gazeta de Pernambuco, onde denunciava as pretensões absolutistas de D. Pedro I, a ameaça de recolonização do Brasil e o perigo que pairava sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Logo depois, em 09 de abril de 1823, fundou o seu próprio jornal, “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco”. Nele, publicava textos contra a escravidão, hostilizava o governo imperial de D. Pedro I, defendia as ideias republicanas, a autonomia das províncias e a Independência do Brasil. Neste mesmo ano foi eleito deputado pela Bahia, mas negou-se a participar da Assembléia Constituinte, pois, segundo ele, era “cercada de mais de mil baionetas, tropas de grande número de nossos inimigos portugueses, não podendo discutir uma constituição liberal, e sustentar os sagrados direitos dos meus constituintes entre os estrondos de artilharia, e com espadas na garganta”. Pouco tempo depois, a Constituinte acabou fechada por ordem do Imperador, que outorgou uma constituição ao país em 1824. Antes disso, em 17 de novembro de 1823, Cipriano Barata foi preso por ordem do Imperador. Para se ter ideia de como ele incomodava a corte e o Imperador, a sua prisão valeu a Francisco Paes Barreto, seu realizador, o título de Barão de Recife. Permaneceu sete anos preso, até 1830, mas, de dentro da prisão, continuou a editar o seu jornal, agora denominado “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco atacada e presa na fortaleza do Brum por ordem da força armada reunida”. Essa ousadia foi punida com a sua transferência para a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, no Rio de Janeiro. Continuando a editar, acabou passando por diversas fortalezas, o que causava mudança no título da publicação, como “Sentinela da Liberdade na Guarda do Quartel General” e “Sentinela da Liberdade na Guarda de Villegaignon”. Impossibilitado de participar diretamente da Confederação do Equador (rebelião que reuniu vários estados do nordeste contra D. Pedro I), devido ao cárcere, escreveu textos com linguagem vigorosa e crítica, mostrando as falhas do poder, que contribuíram para este movimento de 1824. Finalmente libertado em 1830, regressou à Bahia, onde publicou “A Sentinela da Liberdade na Guarita do Quartel General de Pirajá”, por mais seis anos.

Dr. Barata foi avô de Atanagildo Barata, poeta e médico, envolvido e preso na revolta da armada, em 1893, e de Cândido Barata Ribeiro, primeiro prefeito do Rio de Janeiro-(então Distrito Federal), republicano e abolicionista que dá nome à famosa avenida de Copacabana. Seu bisneto, Agildo Barata, foi participante ativo da revolução de 1930, na Paraíba, e em 1935 participou do movimento comunista, no levante da Praia Vermelha. Em 1946, Agildo Barata, que era pai do humorista Agildo Ribeiro, foi eleito vereador pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) para a Câmara Municipal do então Distrito Federal.

Em 1836, Cipriano Barata, decepcionado e desiludido, abandonou o jornalismo e a política, e veio morar em Natal, cidade que adotou para viver seus últimos anos de vida, exercendo a profissão de médico-cirurgião e de professor de francês do colégio Atheneu. Câmara Cascudo o descreveu como “uma figura estranha, longa cabeleira branca caindo nos ombros, baixa estatura, olhar penetrante, voz metálica de orador inflamado”. Atendia aos pacientes pobres em sua casa, na Ribeira, na esquina que dá para a praça Augusto Severo. Quem ali chegava, a qualquer hora, era atendido. Sua casa tinha uma calçada alta com batentes. O irônico Dr. Barata, em vez de dizer “suba”, ou “empurre a porta” falava para quem o procurava: “Desça”. Em sua homenagem a rua em que morava passou a se chamar Doutor Barata.

O historiador Caio Prado Júnior afirmou que o Doutor Barata é uma figura pouco lembrada na história revolucionária brasileira e “é uma das maiores expressões, porque em sua longa vida não teve um momento de descanso, dedicando às lutas populares todas as energias e seu grande talento”

Temos o dever de reverenciar essa grande figura da vida brasileira. Um homem que morreu dando vivas à pátria; suas últimas palavras foram: Viva o Brasil!

“Câmara Cascudo cunhou uma definição preciosa” Em Cipriano Barata resumia-se a voz popular, a grande voz inarticulada da multidão”. Dr. Barata faleceu em Natal, no dia 07 de junho de 1838, aos 76 anos.

REVISANDO A HISTÓRIA DO BRASIL

(Fonte: HISTÓRIA das cavernas ao terceiro milênio – Patrícia Ramos Braick , Myriam Brecho Mota – Editora Moderna)

CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

-Movimento colonial de caráter separatista que ocorreu na Bahia em 1798, também conhecida como Conjuração dos Alfaiates. Contou com a participação de pessoas anônimas, foi liderada por mulatos, escravos, negros libertos e homens brancos de baixa renda, com o objetivo de promover mudanças revolucionárias de caráter social, como a igualdade de raça e de cor e a abolição da escravidão e dos privilégios de classe. A transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, contribuiu para agravar a situação das camadas mais pobres da população. A carestia e a falta de emprego deram origem a diversas manifestações populares e ataques aos símbolos da dominação portuguesa. Teve o incentivo de importantes intelectuais como o cirurgião Cipriano Barata, o padre Agostinho Gomes, os professores Francisco Muniz Barreto e José da Silva Lisboa (mais tarde Visconde de Cairu) e o senhor de engenho Ignácio Siqueira Bulcão. Depois de reprimido o movimento, o governo português responsabilizou os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas de Aronam, e os alfaiates João de Deus Nascimento e Manuel Faustino dos Santos.. Os quatro revolucionários foram enforcados, esquartejados e seus restos expostos em diferentes lugares da capitania.

INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

- A recessão da economia, com baixos preços do algodão e do açúcar, além da queda da produção agrícola em decorrência da seca que assolava o nordeste desde 1816, e também as regalias que tinham os portugueses em detrimento dos brasileiros foram alguns dos motivos que levaram à insurreição de 1817, em Pernambuco. As cobranças e taxas impostas à população local criaram um quadro de tensão e indignação na aristocracia agrária e entre os homens livres pobres. O movimento, que eclodiu em março de 1817, foi de caráter

separatista, proclamou uma República e organizou um Governo Provisório responsável pela Lei Orgânica baseada nos princípios de liberdade de consciência, de imprensa e de culto. Em maio de 1817, terminou a resistência dos insurretos. As punições foram rigorosas com muitas prisões e execuções.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

A dissolução da Constituinte causou grande insatisfação no nordeste brasileiro, região que estava empobrecida com forte crise na agricultura canavieira exportadora. O estopim para a deflagração do movimento, em 2 de julho de 1824, foi a nomeação de um governador não desejado para a província de Pernambuco, foco de difusão das idéias republicanas, federativas e anti-portuguesas. A Confederação do Equador costuma ser considerado um prolongamento da Insurreição Pernambucana de 1817, uma vez que as propostas liberais serviram de bandeira aos insurretos. Estes eram liberais apoiados pela aristocracia rural e propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América, e conseguiram apoios nas províncias do Ceará, da Paraíba do Rio Grande do Norte. A proibição do tráfico negreiro para o Recife e a adesão das massas populares acabaram afastando do levante a elite agrária. Enfraquecidos, os rebeldes não resistiram ao poder das tropas imperiais. Um tribunal orientado por D. Pedro I prendeu, julgou e condenou à morte os principais líderes da rebelião, entre eles, frei Joaquim do Amor Divino Caneca , o frei CANECA.